

**A relação entre o novo relatório do auditor independente e o perfil das empresas auditadas e de auditoria**

*The relationship between the new report of the independent auditor and the profile of audited companies and audit*

*La relación entre el nuevo informe del auditor independiente y el perfil de las empresas auditadas y de auditoría*

---

**Ana Flávia Abackerli da Cruz**

Graduada em Economia Empresarial e Controladoria na Universidade de São Paulo (USP)

Endereço: Av. José Bento Ferreira, nº 194, Centro.

CEP: 13710-000 – Tambaú/SP - Brasil

Email: [anaabackerli@gmail.com](mailto:anaabackerli@gmail.com)

Telefone: (19) 993647862

**Paula Carolina Ciampaglia Nardi**

Doutora em Administração de Organizações pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP)

Professora do Departamento de Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Campus de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (USP)

Endereço: Avenida Bandeirantes, 3.900. Monte Alegre.

CEP: 14040-905 - Ribeirão Preto/SP – Brasil

Email: [paulanardi@fearp.usp.br](mailto:paulanardi@fearp.usp.br)

Telefone: (16) 3315-9022

**Laís Manfiolli Figueira**

Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP)

Endereço: Avenida Bandeirantes, 3.900, Monte Alegre

CEP: 14.040-900 – Ribeirão Preto/SP – Brasil

E-mail: [laismanfiolli@hotmail.com](mailto:laismanfiolli@hotmail.com)

Telefone: (16) 3315-0670

**Ricardo Luiz Menezes da Silva**

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP)

Professor do Departamento de Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Campus de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (USP)

Endereço: Avenida Bandeirantes, 3.900. Monte Alegre.

CEP: 14040-905 - Ribeirão Preto, SP – Brasil

Email: [rlms@fearp.usp.br](mailto:rlms@fearp.usp.br)

Telefone: (16) 3315-9016

Artigo recebido em 27/09/2018. Revisado por pares em 15/03/2019. Reformulado em 28/08/2019. Recomendado para publicação em 01/09/2019 por Carlos Eduardo Facin Lavarda Editor-Chefe). Publicado em 30/09/2019.

## Resumo

Essa pesquisa teve como objetivo verificar a relação entre o conteúdo do novo relatório de auditoria e o perfil das empresas auditadas e de auditoria. Observou-se a quantidade e quais os principais assuntos de auditoria (PAA) presentes nos relatórios das empresas brasileiras de capital aberto. Foram realizadas análises de correlação, diferença de média e regressão múltipla para o exercício de 2016. Os resultados indicaram que empresas: maiores; mais endividadas; com maiores honorários pagos às auditorias; de maior representatividade para o auditor; com maior número de subsidiárias; auditadas por *Big Four*; com emissão de ADR; listadas no Novo Mercado; de setores regulamentados e com presença de conselho de auditoria, apresentam maior quantidade de PAA. Relação inversa foi obtida ao considerar o tempo em que a auditoria exerce suas funções na empresa. Com relação ao tipo de PAA, não foi observada a existência de padrões definidos de características conjuntas que poderiam influenciar o conteúdo do novo relatório de auditoria, o que implica, para os usuários, que os relatórios apresentaram conteúdos condizentes com o que foi e deveria ser observado nas empresas, e não seguiram um padrão pré-definido. Constatou-se maior volume de PAA em função de uso de normas discricionárias, como o *impairment*, provisões, reconhecimento de receitas e tributos. Assim, os resultados indicaram que o novo relatório seguiu as particularidades de cada empresa analisada, o que sugere a confirmação esperada pela proposta do novo relatório, ou seja, aumentar os esforços para melhorar a confiabilidade da atuação da auditoria independente.

**Palavras chave:** Relatório de auditoria; Principais assuntos de auditoria; Informação contábil

## Abstract

*This research verified the relationship between the content of the new audit report and the profile of audited companies and audit. The number and main audit subjects (PAA) in the reports of Brazilian publicly traded companies were observed. Correlation, mean difference and regression analyzes were performed for the year 2016. The results indicated that companies: larger; more indebted; with higher audit fees; greater tenure; with greater number of subsidiaries; audited by Big Four; with ADR; listed on the Novo Mercado; of regulated sectors and with the presence of an audit committee, present a greater amount of PAA. A greater volume of PAA was found due to the use of discretionary standards, such as impairment, provisions, revenues and taxes. The results indicated that the new report followed the particularities of each company analyzed, evidencing that there were efforts to improve the reliability of the performance of the independent audit.*

**Keywords:** Audit report; Main audit issues; Accounting information

## Resumen

*Esta investigación verificó la relación entre el contenido del nuevo informe de auditoría y el perfil de las empresas brasileñas de capital abierto auditadas y de auditoría. Se realizaron análisis de correlación, diferencia de media y regresión para el ejercicio de 2016. Los resultados indicaron que empresas: mayores; más endeudadas; con mayores honorarios de auditorías; mayor tenor; con mayor número de subsidiarias; auditados por Big Four; con ADR; listadas en el nuevo mercado; de sectores regulados y con presencia de consejo de auditoría, presentan mayor cantidad de PAA. Se constató un mayor volumen de PAA por el uso de normas discrecionales, como el deterioro, provisiones, ingresos y tributos. Los resultados indicaron que el nuevo informe siguió las particularidades de cada empresa, evidenciando que hubo esfuerzos para mejorar la confiabilidad de la actuación de la auditoría independiente.*

**Palabras clave:** Informe de auditoría; Principales temas de auditoría; Información contable

## 1 Introdução

O mercado de capitais é uma das formas que a empresa possui para obter recursos, diluir riscos e refletir no desenvolvimento econômico (PINHEIRO, 2014). Nesse cenário, a informação contábil pode auxiliar os *stakeholders* no processo de tomada de decisão (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999), tendo a auditoria independente como facilitadora nesse processo. Isso porque, a auditoria, através de procedimentos técnicos, emite um relatório sobre a adequação normativa da posição patrimonial e financeira da empresa (SANTOS; PEREIRA, 2004; YOSHITAKE; 2012), expressando uma opinião sobre os referidos documentos, de modo a ter condições de oferecer maior credibilidade ao mercado de capitais no uso das informações contábeis divulgadas pelas empresas. Assim, a auditoria tem a capacidade de reduzir a assimetria de informação contribuindo com a redução de custos de agência (HEALY; PALEPU, 2001; SUNDER, 2014).

Nesse contexto, algumas pesquisas analisaram o impacto do conteúdo dos relatórios limpos e com ênfase no retorno das ações das empresas (BUTLER; LEONE; WILLENBORG, 2003; CHEN et al., 2016; CHOI; JETER, 1992; DODD et al., 1983; SOUZA; NARDI, 2016; TSIPOURIDOU; SPATHIS, 2013), evidenciando uma correlação positiva entre as variáveis. Todavia, ainda existem pesquisas com resultados contrários, ou seja, que não observaram a existência de relação pertinente entre o tipo de relatório do auditor e retorno das ações da empresa (ALMEIDA, 2008; ARRUDA et al., 2012; NUNES, 2009).

Além disso, vale destacar que a auditoria vem obtendo certa visibilidade junto ao mercado de capitais, principalmente devido aos escândalos contábeis ocorridos durante o início do século XXI (COFFE JUNIOR, 2005), em empresas como a Enron, HealthSouth, Tyco, WordCom, Banco PanAmericano, Parmalat e Carrefour, bem como escândalos atuais, como o caso da Petrobrás, abalando a confiança dos investidores (AGRAWAL; COOPER, 2015).

Esse cenário, segundo o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB, 2015), contribuiu para a necessidade de criação de um novo formato de relatório de auditoria. Esse novo formato de relatório passa a ser exigido no Brasil partir de 31 de Dezembro de 2016, e tem como objetivo aumentar a confiança na auditoria, a transparência e o valor informativo do relatório de auditoria, buscando recuperar a sua credibilidade, bem como a da atuação dos auditores, perante os *stakeholders* (IAASB, 2015).

Sendo assim, um trabalho realizado no Reino Unido, pelo *Financial Reporting Council* (FRC, 2016), país que já possui experiência com as características do novo relatório do auditor, observou que os maiores problemas identificados pelos auditores em seus clientes foram com relação ao *impairment* de ágio, reconhecimento da receita e tributos. Empresas de auditoria como a KPMG, Deloitte e EY, apontaram que as mudanças inseridas no Reino Unido em 2013 obtiveram *feedback* positivo dos usuários da informação contábil. No entanto, no Brasil, pesquisa equivalente ainda não foi realizada, visto que as novas normas de emissão do relatório do auditor foram aplicadas no relatório final de 2016.

Assim, diante do novo formato de relatório dos auditores e da importância em identificar possíveis determinantes para seu conteúdo, surgiu a motivação para analisar a seguinte pergunta de pesquisa: há relação entre o conteúdo do novo relatório do auditor independente e o perfil das empresas auditadas e de auditoria?

Visto que o novo relatório assume um perfil com sendo de maior transparência e valor informacional (IAASB, 2015), a presente pesquisa teve o objetivo de identificar a possível relação entre o conteúdo do novo relatório do auditor independente e o perfil e características das empresas auditadas e de auditoria.

Dutra, Alberton e Bellen (2007), defendem que a padronização do relatório do auditor não é a melhor opção para um relatório final, o qual possui como objetivo atender às necessidades de diversos usuários. Por isso, a necessidade de um novo relatório de auditoria com maior valor informacional para os usuários surge, principalmente, com as sessões de principais assuntos de

auditoria (KPMG, 2015), de modo a esperar que sejam dados destaques às particularidades de cada empresa, e assim, trazendo informação mais relevante aos usuários e tomadores de decisões.

Deste modo, em função da importância do relatório de auditoria, justifica-se a necessidade de estudos que analisem o conteúdo dos novos relatórios, procurando observar se eles estão destacando as particularidades das empresas, ou se há fatores que podem justificar um padrão de reporte, o que não seria condizente com a ideia da nova proposta.

Sendo assim, a pesquisa busca contribuir com os reguladores e com os usuários das informações contábeis, ao observar se as empresas de auditoria estão emitindo um relatório padronizado ou se estão singularizando – objetivo do novo relatório. Com isso, os reguladores poderão identificar argumentos para definir novos critérios a serem utilizados no formato do novo relatório, a fim de esses, de fato, apresentem características individuais das empresas auditadas, se necessário. E, os investidores, poderão confirmar a individualização transmitida pelo novo relatório aos casos auditados pelas auditorias, portanto se assegurarem da maior transparência e utilidade, ou não, desse relatório em suas decisões.

## 2 Revisão de Literatura

### 2.1 Informação Contábil

A fim de proporcionar o desenvolvimento econômico, as empresas necessitam de meios facilitadores e diversificados para financiar seus investimentos, sendo o mercado de capitais uma forma de as empresas conseguirem obterem recursos para aplicarem em sua infraestrutura, crescimento e na busca de novas tecnologias (MALUF, 2006).

A relação entre mercado e empresas é possível, dentre outros fatores, mediante a divulgação de informações pelas empresas quanto à sua realidade econômica e financeira (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005). Todavia, dado que é provável que as utilidades, portanto as ações de cada parte, não coincidam, temos o cenário de assimetria de informações (JENSEN; MECKLING, 1976), que podem reduzir a eficiência do funcionamento do mercado (FAMA, 1970). Nesse cenário, a contabilidade tem um papel relevante como suprimento de informação com valor de *feedback* e preditivo (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999), suportando as relações contratuais (BUSHMAN; SMITH, 2003).

A informação contábil, segundo Hendriksen e Van Breda (1999), é utilizada principalmente pelos acionistas, investidores e credores, o que faz com que ela seja de extrema importância para tomada de decisão no que tange ao investimento, concessão de crédito, e outras decisões análogas.

No entanto, a geração da informação contábil incorre em custos que, segundo o CPC 00 (2011), são os custos de elaboração e divulgação, os quais devem ser justificados pelos benefícios que serão gerados a partir da divulgação da informação, como por exemplo, facilitar a tomada de decisão dos usuários, resultando em maior eficiência dos mercados de capitais. Isso porque, a informação contábil exerce forte influência no processo decisório dos usuários, haja vista que muitas vezes, é a única ferramenta disponível contendo elementos da empresa em análise (CAMPOS; LAMOUNIER; BRESSAN, 2012; LOURENÇO; FRANCISCO, 2014). Nesse sentido, a informação é útil se conseguir alterar as crenças e ações de investidores (SCOTT, 2009). Nesse contexto, a auditoria independente tem a capacidade de reduzir a assimetria informacional entre gestores e *stakeholders* e de permitir a validação das informações financeiras (BECKER et al., 1998).

### 2.2 Auditoria Independente e o Novo Relatório

A auditoria independente é uma forma de verificação da informação que está sendo

---

refletida nos relatórios contábeis pelas empresas (BATISTA et al., 2010). Portanto, um meio de melhorar os níveis de informação, mitigar a assimetria informacional e reduzir as incertezas relacionadas às informações contábeis no processo de decisão, é mediante emissão de uma opinião sobre a qualidade das informações contidas nas demonstrações contábeis (FIRMINO; DAMASCENA; PAULO, 2010; SUNDER, 2014).

Atualmente, diversos escândalos corporativos, incluindo ações de corrupção, vem aumentando a reflexão sobre o papel e a real relevância das auditorias independentes para o mercado. Kassem e Higson (2016), por exemplo, questionam a importância para o mercado e para a profissão dos auditores externos, de os mesmos terem a responsabilidade em detectar corrupções corporativas que afetam as demonstrações contábeis. Segundo os autores, o conhecimento de um ato corrupto provavelmente é mais importante do que o tamanho absoluto da transgressão. Ou seja, mesmo uma distorção relativamente pequena nas demonstrações financeiras, a fim de ocultar um ato corrupto, pode ser considerada como material, pois pode ser tomada como uma indicação do comprometimento da integridade da administração. Contudo, salientam que há, ainda, uma falta de clareza normativa acerca da responsabilidade dos auditores externos em relação à corrupção corporativa e como responder a esses riscos.

Nesse sentido e, considerando os contextos de crises financeiras e escândalos contábeis, houve uma consulta entre os membros da União Europeia sobre a reforma da auditoria, incluindo assuntos como a independência dos auditores e transparência das informações, possuindo como finalidade recuperar a confiança dos investidores e dos mercados na atuação e produtos da auditoria. A implantação das novas normas de auditoria busca o aprimoramento, revisão e melhoria do relacionamento com os *stakeholders*, os quais precisam de informações mais relevantes provenientes no relatório de auditoria independente (GEORGE-SILVIU; MELINDA-TIMEA, 2015).

Sobre isso, Simnett e Huggins (2014) examinaram e codificaram o conteúdo de 165 cartas respostas à proposta de melhoria, pelo IAASB, dos relatórios de auditoria em 2012, buscando identificar a opinião das partes relacionadas quanto a essas alterações. Constataram um alto nível de aceitação, principalmente sobre a proposta de fornecer um grau maior de detalhamento com relação a informações específicas apresentadas nos relatórios financeiros e de divulgar informações adicionais sobre os processos, julgamentos e comentários do auditor. Outro ponto verificado foi a menor propensão dos respondentes norte-americanos, em relação às demais regiões do mundo, quanto às propostas específicas de melhoria, o que foi justificado pelo receio de um acréscimo ao risco de litígio para os auditores e de aumento nos custos de auditoria. Contudo, houve um consenso, entre as partes interessadas, de que o relatório, da forma como era feito anteriormente, não era considerado altamente útil para embasar decisões.

Assim, as novas orientações para o relatório ampliado do auditor buscaram reduzir três *gaps* de comunicação com os *stakeholders*, os relativos às expectativas, à informação e à comunicação (ASARE; WRIGHT, 2012; SIMNETT; HUGGINS, 2014). Ou seja, i) a diferença entre as expectativas quanto aos procedimentos de auditoria efetivamente realizados e aos esperados pelos *stakeholders*, ii) a diferença entre a informação oferecida pelos relatórios anteriores e a preferência dos usuários em obter mais informações do que esses apresentavam e, iii) a eficácia dessas informações fornecidas devido a diferença entre o que foi fornecido pelos auditores e a forma como essa informação foi interpretada pelos usuários (ASARE; WRIGHT, 2012; SIMNETT; HUGGINS, 2014).

Contudo, ao analisarem a utilidade dos relatórios ampliados de auditoria para 61 banqueiros holandeses, Litjens, Buuren e Vergoossen (2015) constataram que esses necessitavam de informações quanto a entidade e o processo de auditoria, contudo os novos relatórios não lhes supriram o *gap* relativo à essas expectativas. Os autores observaram que somente as informações sobre o processo de auditoria, relativas à continuidade e aos erros, são capazes de reduzir esse *gap* e, que as mudanças quanto ao formato desses relatórios não possuem a capacidade de impactar

esse *gap*. No entanto, a principal mudança referente ao relatório ampliado do auditor, segundo o FRC (2016), é o consentimento dado ao auditor para a comunicação dos principais assuntos de auditoria, fazendo com que ele julgue quais assuntos merecem prioridades, permitindo uma triangulação mais efetiva entre os auditores, investidores e dos não-executivos.

A implantação dos novos padrões do relatório de auditoria foi efetuada no Reino Unido em 2012, com a expectativa de que as mudanças resultassem em uma avaliação equilibrada, justa e compreensível da empresa auditada. A ideia base foi a de que os novos requisitos incentivariam os auditores a inovar em seus relatórios, disponibilizando, aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras, a visão do auditor e a compreensão da organização que estão auditando. Em relação a esse relatório ampliado, o resultado foi positivo por parte dos investidores, incentivando maior transparência, além de estarem associados a uma melhoria na qualidade da auditoria. Também se observou maior volume de negociações e um aumento no interesse de implementação do relatório ampliado, haja vista que as novas exigências estão fazendo parte do processo de tomada de decisão do investidor (FRC, 2016).

Nesse contexto, segundo Bédard et al. (2016), os principais assuntos de auditoria (PAA), agora exigidos nesse novo modelo de relatório, tem o poder de atrair a atenção dos usuários para aspectos contábeis das empresas que poderiam não ser percebidos por esses usuários. Dessa forma podem repelir investidores potenciais não profissionais das empresas auditadas, influenciar na responsabilidade do auditor, provocar danos legais não intencionais e desencorajar os auditores de alertar os comitês de auditoria (BÉDARD et al., 2016). E, conseqüentemente, esses fatores poderiam incentivar os gestores das empresas auditadas a serem relutantes em compartilhar informações sobre estimativas contábeis com os auditores, uma vez que eles passam a ser obrigados a divulgar essas informações ao mercado (BÉDARD et al., 2016).

Por conseguinte, Sirois, Bédard, e Bera (2018) realizaram um experimento, utilizando tecnologia de rastreamento ocular, para identificar se os PAAs contidos nos relatórios ampliados de auditoria afetavam a leitura das demonstrações financeiras. Dessa forma identificaram que as PAAs afetavam a forma de análise das demonstrações, uma vez que os usuários acessavam mais rapidamente as seções relacionadas ao assunto discutido nas PAAs, muitas vezes ignorando o restante do conteúdo dos relatórios, caso houvessem muitos PAAs nos relatórios de auditoria. No entanto, Bédard et al. (2016) ressaltaram que os estudos acadêmicos identificaram evidências preliminares da existência de uma associação positiva das PAAs com taxas de auditoria e qualidade de auditoria, contudo não foi identificada uma relação com a informatividade das demonstrações financeiras.

No Brasil, o novo formato do relatório passa a ser obrigatório a partir da divulgação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, com alterações no conteúdo e na estrutura, evidenciados pelas Normas Brasileiras de Contabilidade de números 701 (Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente), 706 (Parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no relatório do auditor independente), 260 (R2) (Comunicação com os responsáveis pela governança), 700 (Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis), 705 (modificação na opinião do auditor independente) e 570 (Continuidade operacional).

Dada a recente obrigação da aplicação desse novo modelo de relatório, surge o interesse em desenvolver pesquisas que analisem características, efeitos e impactos para os investidores, empresas, reguladores, entre outros usuários.

### **3 Procedimentos e Métodos**

O estudo realizou a análise do relatório do auditor independente de 346 empresas listadas na BM&FBOVESPA referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2016, incluindo as financeiras. Foi observado a opinião do auditor (relatório limpo ou modificado), os principais assuntos de auditoria destacados e o volume dos PAA.

Esses fatores foram relacionados com as características das empresas auditadas e de auditoria, sendo elas: i) com relação às empresas auditadas: tamanho; endividamento; idade; setor, incluindo instituições financeiras; presença de Comitê de auditoria; *audit delay*; rodízio de auditoria; tempo do auditor na empresa auditada; tipo de relatório de auditoria; número de subsidiárias; proporção de investidores estrangeiros; emissão de ADR; governança corporativa; ii) com relação às empresas de auditoria: ser *Big Four* ou não; tipo de auditoria; honorários do auditor; representatividade do cliente. O objetivo foi verificar se há alguma relação entre os tipos e o volume de PAA com aspectos das empresas auditadas e de auditoria.

Os dados contábeis foram extraídos da base de dados Econômica e os relatórios de auditoria foram obtidos através do *site* da BM&FBOVESPA. Para análise dos dados, foram realizados testes estatísticos, efetuados no software STATA®. Foram feitas análises sobre a quantidade de PAA e a classificação do principal assunto de auditoria em relação aos fatores propostos para verificação de sua distribuição.

A normalidade das variáveis foi observada por meio do teste paramétrico *Shapiro Wilks* e pelo teste não-paramétrico *Kolmogorov-Smirnov* (WOOLDRIDGE, 2012). De modo geral, os resultados indicaram, para a maioria das variáveis, distribuição não normal, o que conduziu à aplicação de testes não paramétricos para análises de correlação e de diferença de média. Assim, a correlação foi calculada por meio do teste de *Spearman* e para a análise de diferença de média foi aplicado o teste *U de Mann-Whitney*.

Na análise de diferença de média, a quantidade de PAA seguiu o ordenamento crescente de cada variável contínua proposta no estudo. Em seguida, foram separados os quartis 1 e 4 para cálculo e análise de diferença de média de PAA.

No caso de variáveis binárias, a quantidade média de PAA foi separada em dois grupos, conforme recebesse 1 (um) ou 0 (zero) pela característica representada na variável *dummy*, para então, proceder com o teste de diferença de média.

Além disso, para algumas variáveis, foi possível analisar a média de PAA de acordo com suas estratificações mais específicas, como o caso de: i) setores; ii) período do contrato de auditoria (*tenure*); iii) tipo de empresa de auditoria e iv) localização do auditor. Para isso, foram realizados os testes para k amostras de *Kruskal-Wallis*.

Por fim, foi feita uma análise de regressão múltipla com dados em *cross section*, conforme modelo proposto a seguir:

$$PAA = \alpha_0 + \beta_1 x Tam_i + \beta_2 x Endiv_i + \beta_3 x Idade_i + \beta_4 x Setor_i + \beta_5 x ConsAudit_i + \beta_6 x AD_i + \beta_7 x Big4_i + \beta_8 x Hon_i + \beta_9 x Represen_i + \beta_{10} x Rod_i + \beta_{11} x Ten_i + \beta_{12} x RelatLimp_i + \beta_{13} x Subs_i + \beta_{14} x InvestEst_i + \beta_{15} x ADR_i + \beta_{16} x NM_i + \varepsilon_i$$

Em que:

PAA = representa a quantidade de PAA em cada relatório de auditoria de cada empresa.

Tam = representa o tamanho das empresas, calculado pelo logaritmo do ativo total.

Endiv = representa o endividamento da empresa, que consiste na razão do total de empréstimos e o total do patrimônio líquido.

Idade = calculada pela diferença entre a data do estudo e a data inicial de registro da empresa na CVM.

Setor = variável *dummy*, sendo 1 para setor autoregulamentado e 0 caso contrário.

ConsAudit = variável *dummy*, sendo 1 se a empresa possui Conselho de Auditoria e 0 caso contrário.

AD = representa o *audit delay* das empresas, calculado pela diferença de dias da assinatura dos relatórios financeiros pela empresa de auditoria em relação a data de fechamento do exercício em questão.

Big 4 = variável *dummy*, sendo 1 se a empresa for Big Four (KMPG, EY, Deloitte, PWC)

ou 0 caso contrário.

Hon = calculado pelo logaritmo do valor dos honorários de auditoria pagos pelas empresas auditadas.

Represen = refere-se a representatividade do cliente para a empresa de auditoria, calculada a partir da razão entre o valor do ativo pelo valor do maior ativo de cada empresa auditada por determinada empresa de auditoria.

Rod = variável *dummy*, sendo 1 se houver rodízio de auditoria ou 0 caso contrário.

Ten = representa os anos que uma empresa de auditoria audita a mesma empresa, podendo assumir valores 1, 2, 3, 4, e 5.

RelatLimp = variável *dummy*, sendo 1 se o relatório de auditoria for limpo ou 0 caso contrário.

Subs = representa a quantidade de subsidiárias de cada empresa.

InvestEst = representa a porcentagem de investidor estrangeiro que a empresa auditada possui.

ADR = variável *dummy*, sendo 1 se a empresa possui ADR ou 0 caso contrário

NM = variável *dummy*, sendo 1 se a empresa está inserida da classificação de Novo Mercado na BOVESPA ou 0 caso contrário.

#### 4 Apresentação e Análise dos Resultados

Inicialmente foi analisada a quantidade de PAA para cada possível determinante, conforme pode ser observado na Tabela 1.

**Tabela 1 – Análise por quantidade de PAA**

	Quantidade de Principal Assunto de Auditoria								
	0	1	2	3	4	5	6	7	8
	<b>Setor</b>								
Alimentos e Bebidas	0	3	3	2	2	2	1	1	0
Agro e Pesca	2	0	1	0	0	1	1	0	0
Comércio	1	0	9	7	3	0	0	0	0
Construção	1	0	6	5	5	2	0	0	0
Eletroeletrônicos	0	1	1	2	0	1	0	0	0
Energia Elétrica	0	9	5	14	7	5	4	0	0
Finanças e Seguros	0	4	5	9	8	2	3	2	0
Máquinas Industriais	0	1	2	1	0	1	0	0	0
Mineração	1	1	0	1	0	2	0	0	0
Minerais não Met.	0	1	0	1	1	0	0	0	0
Outros	13	18	24	25	10	3	0	0	0
Papel e celulose	0	0	1	3	1	0	0	0	0
Petróleo e Gás	0	0	2	1	1	0	0	0	1
Química	1	0	2	4	2	0	0	0	0
Siderurgia e Metalurgia	1	4	5	4	5	1	0	0	0
Software e Dados	0	0	2	3	1	0	0	0	0
Telecomunicação	5	1	3	0	1	0	0	0	0
Têxtil	2	4	2	8	2	0	0	0	0
Transporte e Serviços	0	1	6	4	4	2	1	1	0
Veículos e Peças	0	1	5	1	4	1	0	0	0
	<b>ADR</b>								
Presença de ADR	4	1	10	24	13	7	3	4	1
Ausência de ADR	23	48	75	71	44	16	7	0	0
	<b>Comitê de Auditoria</b>								
Presença de Comitê de Auditoria	3	7	24	40	30	10	7	3	1
Ausência de Comitê de Auditoria	24	42	59	54	27	13	3	1	0



	Quantidade de Principal Assunto de Auditoria								
	0	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>Investidor estrangeiro</b>									
Ausência de investidor estrangeiro	12	41	49	52	32	10	6	20	0
Até 10%	1	5	15	20	9	5	1	1	1
11% - 25%	1	0	8	9	5	1	0	0	0
26% - 50%	1	1	5	7	5	5	0	0	0
51% - 75%	3	1	5	5	2	2	2	0	0
76% - 100%	7	1	1	0	2	0	1	0	0
<b>Audit Delay</b>									
Até 45 dias	1	2	10	16	7	2	2	1	0
46 - 90	21	43	72	73	46	19	6	1	1
91 - 120	2	3	0	2	0	0	0	1	0
121 - 150	1	0	2	1	2	0	0	1	0
Acima de 151 dias	2	2	1	3	1	2	2	0	0
<b>Idade</b>									
Até 10 anos	8	9	35	38	20	8	3	2	0
11 - 25	10	21	19	15	15	9	3	1	0
26 - 40	5	11	41	17	14	2	2	1	1
41 - 55	2	6	8	13	4	3	1	0	0
Acima de 55	0	2	0	3	2	0	0	0	0
<b>Tenure</b>									
1 ano	3	13	14	22	14	2	5	1	0
2 anos	3	8	14	15	9	9	2	0	0
3 anos	2	2	21	8	5	6	0	1	0
4 anos	2	5	16	10	5	5	1	1	0
5 anos	17	17	18	36	24	3	2	1	0
<b>Rodízio</b>									
Houve rodízio	3	13	15	25	15	2	4	0	0
Não houve rodízio	23	36	68	69	42	21	6	4	1
<b>Subsidiárias</b>									
0	23	34	42	29	19	10	3	0	0
1 - 10	3	11	28	40	29	9	3	0	0
11 - 20	0	1	8	4	2	3	1	1	0
Acima de 20	1	3	6	12	8	3	3	3	1
<b>Empresas de auditoria</b>									
KPMG	1	7	15	14	12	5	3	0	0
EY	6	7	24	24	14	8	1	1	0
Deloitte	0	7	11	17	3	2	1	0	0
PWC	5	4	10	19	19	3	1	2	1
Outras	15	4	24	21	9	5	4	1	0
<b>Governança Corporativa</b>									
N1	1	1	4	12	5	2	2	0	0
N2	0	0	4	6	6	3	1	0	0
NM	4	5	33	45	26	9	3	2	0
Sem classificação	49	92	127	127	79	32	16	4	2
<b>Honorários</b>									
Até 500 mil	24	42	48	46	23	9	2	0	0
500 mil - 1 milhão	1	3	22	18	7	3	1	0	0
1 milhão - 2 milhões	2	2	8	17	18	4	4	2	0
Acima de 2 milhão	2	2	5	14	8	7	3	2	1
<b>Endividamento</b>									
Não são endividadadas	22	26	27	20	16	5	4	2	0
Até 25% de endividamento	2	9	12	19	3	1	0	0	0
26% - 50%	1	1	11	9	7	3	0	0	0
Acima de 51%	6	15	34	46	32	14	6	2	1

A partir dos resultados apresentados na Tabela 1 observa-se que, aparentemente e

independente de qualquer variável observada, tem-se uma concentração de 2 a 4 PAAs nos relatórios de auditoria das empresas analisadas.

Os setores de energia elétrica, finanças e seguros, têxtil, transportes e serviços, siderurgia e metalurgia, comércio e construção possuem maior incidência de PAA, podendo relacionar-se com a peculiaridade da classificação das contas do balanço específicas destes setores. A classificação de “outros setores” obteve a maior incidência de PAA, por ser uma classificação que abrange empresas com negócios diversificados.

Com relação aos honorários, há indícios de que quanto menor o honorário de auditoria, menor a quantidade de PAA, enquanto maiores honorários sugerem maiores quantidade de PAA, o que pode ocorrer devido à complexidade contábil das empresas em questão, ocasionando maiores indicações de PAA e honorários mais elevados por parte da auditoria. Em outras palavras, entidades com maior complexidade contábil, devido a inerência demasiada de escolhas contábeis em sua contabilidade ou a magnitude de suas operações, possivelmente acarretariam a cobrança de honorários maiores pelas empresas de auditoria, e, conseqüentemente a essa complexidade, haveria a necessidade de uma maior incidência de PAA abordando como a auditoria conduziu seus trabalhos em relação a esses assuntos que envolveriam uma certa discricionariedade ou mesmo que seriam relevantes a compreensão do usuário da informação.

Resultado semelhante foi observado em relação ao endividamento, o que pode ser justificado pela necessidade das empresas com maior endividamento serem mais transparentes, ou mesmo pelo maior risco que podem apresentar em função de maior volume de dívidas, bem como a necessidade de revisão das contas contábeis em comparação com os *covenants* estabelecidos nos contratos de empréstimos.

Em seguida foram analisados os tipos de PAA por cada variável, conforme pode ser observado na Tabela 2.

**Tabela 2 - Análise por tipo de PAA**

	Tipos de Principais Assuntos de Auditoria																							
	Aspectos Jurídicos	Benefício pessoal	Casos específicos	Combinação de Negócios	Concessão	Continuidade operacional	Controles internos	Covenants	Emp.éstimos e finan.	Estoques	Hedge	Impairment	Instrumentos financeiros	Investimentos	Mensuração de ativos	Participação societária	Provisões	Reconhecimento de receitas	Situação financeira	Trans. partes relacionadas	Tributos	Valor justo		
	<b>Setor</b>																							
Alimen. e Beb.	1	4	1				1		1	2	6	6	3	3			8	7		1	7			
Agro e Pesca		4				1			1			1	1	2			2	1						
Comér.		5			1	3			2		7	1	2	2	1	7	4	2				13		
Const.	3	5							3		11	1	1	2	2	10	11	1	3		3			
Eletro.	1	1	1								2	1	1				2	2				2		
Energia Elétrica	4	10	9	1	12	3	3				20	9	5	4	3	24	19	1			2		11	
Finan.e Seg.		6	6				14				11	2	3	2	1	39	4			1	14	7		
Máq. Indust.						2					4		1				1	2				2		
Miner.		2									3	2		1		2						3		
Miner.		1	1						1	1						2	2					1		

não Met																						
Outros	2	2	6	3	1	2	2	3	4	2	45	3	15	7	3	31	33	1	2	15	11	
Papel e cel.			1								4			4		1				3	1	
Petro. e Gás	2	1	1		1					2	3	2		1	1	3	1					
Quím. Sider. e Metal.			2	1		2					5			2		4	1				7	
Metal.	3	1	4			1			3	1	1	1	11	2	2	1		6	3		12	
Softw.e Dados			1	2									3			3		2	5		1	
Telec.			1			1							2				3	2			2	
Textil		2	2			1	1		2	1			11		1	1		5	6		7	
Transp. e Serv.		1	5		3				2		1	14			5		7	11		3	9	1
Veíc. e Peças			4	1						3		9		3	3		8	1			5	
<b>ADR</b>																						
1	6	5	21	3	2	2	6	2	1	1	2	40	8	11	12	5	41	26	2	4	28	7
0	10	17	43	8	16	9		7	8	14	4	132	22	26	31	6	125	88	3	7	78	22
<b>Comitê de Auditoria</b>																						
1	8	13	28	7	5	3	19	2		5	6	73	17	10	17	2	81	53	1	5	44	15
0	9	10	36	4	13	8	4	7	9	10		99	13	27	25	9	84	62	4	6	62	15
<b>Investidor estrangeiro</b>																						
0%	8	14	38	7	11	6	12	6	5	10	2	98	14	19	26	6	100	63	3	5	56	21
Até 10%	3	5	11	2	3	1	6	1	2	2	1	36	2	12	8		29	20	1	2	23	5
11% - 25%	3	1	10	1		1	2	1	1	1	1	9	3		4	3	14	14		2	8	2
26% - 50%	2	1	2	1		2	1	1	1	2	1	15	5	4	3	1	14	6		1	11	
51% - 75%		2	3		3	1	1				1	11	4	2	2	1	6	10	1		6	2
76% - 100%					1		1					3	2				4	2	1			
<b>Audit Delay</b>																						
Até 45 dias	3	5	8	2	3	2	4	1	2	4	1	17	5	4	7	1	24	10		1	14	1
46 – 90	12	14	47	5	11	8	19	7	6	11	5	144	17	27	29	10	130	95	5	9	88	29
91 - 120			4	5					1			3	1	2			1	3			1	
121 - 150	1		2	1			1					3		2		2		5	2		1	2
> 151 dias		3	3	1	4	1						3	6	2	3		6	5				
<b>Idade</b>																						
Até 10	6	1	24	6	2	4	8	2	3	3	2	72	10	13	14	2	54	54	4	6	36	10
11 – 25	5	11	16	1	16	2	5	5	1	4	2	45	14	10	13	7	48	38	1	3	24	13
26 – 40	1	6	18	2		1	9	1	2	7	1	33	4	9	10	2	42	10		2	29	6
41 – 55	3	4	6	2		3	1	1	3		1	19	2	4	6		17	12			13	1
> de 55	1	1			1							3		1			4	1				
<b>Tenure</b>																						
1 ano	3	8	15		2	3	7	4	2	4		44	6	7	11	1	42	22	1		21	6
2 anos	4	4	11	2	7	3	5	3	1	6	4	32	8	10	4	4	24	23	1		15	
3 anos	2	2	8	2	5		3	2	1			22	7	2	7	1	27	16		2	19	3
4 anos	3	2	10	2	1	1	2			1		24	2	3	5	1	24	17	2	8	7	6
5 anos	5	7	18	5	3	3	6		5	3	2	49	7	13	15	4	49	37	1	1	43	15

Rodízio																						
1	3	8	15	2	3	6	4	2	5	48	6	8	10	1	40	24	1	24	5			
0	14	15	49	11	16	8	17	5	7	10	6	122	24	28	32	10	126	91	4	11	82	25
Subsidiárias																						
0 un.	8	10	16	2	12	6	10	3	3	4	3	61	14	13	14	6	69	34	3	3	35	16
1 - 10	3	9	35	5	1	4	11	4	4	10	1	64	5	11	17	2	58	47	1	4	49	7
11 - 20	2	1	6	1				1		1	1	21	5	5	4	1	14	17		1	10	2
> de 20	3	3	7	3	5	1	2	1	2		1	26	6	8	8	2	25	17	1	3	12	5
Empresa de Auditoria																						
KPMG	4	4	13	3	3	3	6			3	3	60	10	13	6	2	51	14		2	28	9
EY	4	7	11	3	10	1	6	2			1	25	8		5	2	23	28		4	19	4
Deloitte	2	1	13	1	2	1		2	2	2		14	3	4	3	4	11	25		3	12	2
PWC	1	6	11	3	2		11		1	1	2	36	3	9	12	2	43	26	5		19	5
Outras	5	4	16	1	1	6		5	6	9		37	6	11	17	1	38	22		2	28	10
Governança Corporativa																						
N1		2	7		1	1	2				1	16	2	8	7	1	19	6			13	4
N2	2	3	7	1	2		2	3		2		11	2	2	2	1	10	8		1	10	3
NM	9	4	31	7	3	3	5	2	3	5	2	80	13	12	18	5	59	64	3	6	38	6
Outros	7	15	19	3	12	7	14	4	6	7	3	49	13	14	13	3	69	27	2	3	40	16
Honorários																						
Até 500 mil	9	10	25	3	11	6	8	4	9	10	1	77	6	21	19	6	74	51	2	5	50	16
500 mil - 1 milhão	2	3	9	1	1	2	2	2		4	1	30	7	5	4	2	32	25			15	1
1 milhão - 2 milhões	4	4	17	5	3	2	10	1			2	35	9	4	13		35	22	2	1	22	6
> 2 milhões	2	6	11	2	3	1	3	2			2	27	10	6	6	3	24	17	1	5	18	9
Endividamento																						
0%	1	7	8	1	1	1	13	1	3	5		38	5	12	7	3	63	22	1	3	34	16
Até 25%	3	3	11	1	4	1	3		1		1	8	1	4	4		9	9				
26% - 50%		4	7	4	1	2	4		1		1	16		3	5		17	18	1		9	
> 51%	12	9	38	5	12	7	3	8	4	9	4	94	24	17	24	7	68	56	3	7	58	13

De forma geral, os principais PAAs observados foram: i) *impairment*; ii) provisões; iii) reconhecimento de receita e iv) tributos. Tais achados validando os resultados apresentados no FRC (2016), em pesquisa realizada no Reino Unido. É possível observar que essa tendência se mantém para cada variável proposta, fazendo-se independente das características das empresas de auditoria e das empresas auditadas, possivelmente porque relacionam-se com a discricionariedade dos assuntos e das normas, de modo que faz sentido os resultados serem semelhantes aos obtidos no Brasil e no Reino Unido.

Foi possível observar também que a maioria dos assuntos de auditoria com classificação “Controles Internos” estão concentrados nos setores de Finanças e Seguros devido a peculiaridade dos sistemas desse setor, direcionados para necessidade de avaliação de risco de crédito dos clientes, por exemplo. Além disso, outros assuntos de PAA com volume nesse setor refere-se às Provisões e Tributos. O enfoque em provisões seria devido a ser requerida em diversos processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista por parte de empresas do setor de atuação de finanças, principalmente, por parte de bancos e *holdings*. Já no caso daquelas que apresentam atividades ligadas a seguros, resseguro e previdência, devido a provisões relevantes intrínsecas a essa atividade econômica, como a necessidade de PAA sobre os procedimentos de auditoria

relativos à análise dos cálculos atuariais para provisões técnicas em contratos de seguros e de resseguros.

PAA referentes a tributos seriam explicados devido a existência de créditos tributários e lucros tributários ligados as atividades financeira e bancária e sobre os quais tem-se que analisar constantemente a recuperabilidade de seus valores e a sua realização. Sendo o assunto de Tributos também relevante para o setor de Metalurgia e Siderurgia, devido a verificação da realização de análises de recuperabilidade dos valores de tributos diferidos ativos.

Também cabe destacar os resultados obtidos para outros setores. Por exemplo, chama atenção o setor de Energia Elétrica, como sendo o de maior incidência de PAA, comparado aos demais setores, quantos aos assuntos: Benefício Pessoal, Casos Específicos, Concessão, *Impairment*, Instrumentos Financeiros, Provisões, Reconhecimento de Receita e Valor Justo. Essa necessidade de assecuração e do alto índice de evidenciação dos procedimentos de auditoria, PAA, podem ser explicada pelo alto nível de regulação do setor e pela presença característica de contratos de concessão, o que justificam a necessidade de prestação de contas a todos os seus *stakeholders*, acionistas, contratantes/governos, e consumidores/sociedade. Além da complexidade da atividade, a qual envolve muitos riscos e impactos/externalidade sociais e ambientais, destacando-se inclusive a complexidade da mensuração e do reconhecimento de receitas do setor.

Em seguida foi calculada a correlação de *Spearman* entre as variáveis, cujos resultados estão apresentados na Tabela 3.

**Tabela 3 - Matriz de Correlação**

	PAA	Tam	Endiv	Idade	AD	Hon	Repres	Ten	Subs
<b>Tam</b>	0,527***								
<b>Endiv</b>	0,224***	0,452***							
<b>Idade</b>	-0,030	-0,073	-0,125**						
<b>AD</b>	-0,051	-0,125**	-0,016	0,047					
<b>Hon</b>	0,484***	0,766***	0,418***	-0,236***	-0,026				
<b>Repres</b>	0,313***	0,462***	0,118**	0,187***	-0,055	0,252***			
<b>Ten</b>	-0,059	0,006	0,043	0,088	-0,009	0,121**	-0,100*		
<b>Subs</b>	0,321***	0,516***	0,39***	-0,165***	0,018	0,498***	0,225***	-0,023	
<b>InvestEst</b>	0,066	0,196***	0,085	-0,283***	-0,092*	0,247***	-0,016	0,083	0,205***

\*\*\*, \*\*, \*, significante, respectivamente, a 1%, 5% e 10%

Foi observado que a quantidade de PAA possui correlação positiva com o tamanho da empresa auditada, endividamento, honorários de auditoria, representatividade do cliente e quantidade de subsidiárias, evidenciando que empresas com estruturas mais complexas tendem a possuir mais PAA's. Também foi possível perceber que tamanho da empresa e honorário de auditoria possuem correlação significativa com quase todas as variáveis, inclusive entre si, em torno de 76%. Isso significa que, na análise de regressão, tais variáveis podem indicar problemas de multicolinearidade.

Na sequência foi aplicado o teste *U Mann-Whitney* para análise de diferença de média, sendo os resultados disponíveis na Tabela 4. De maneira geral, foi observado que quanto maior o tamanho do cliente, o endividamento, o setor regulamentado, a presença do conselho de auditoria, a atuação de uma Big Four, o honorário de auditoria, a representatividade do cliente, o número de subsidiárias, número de investidor estrangeiro, a emissão de ADR e presença no NM, maior a quantidade de principal assunto de auditoria. Sendo essas relações significantes estatisticamente.

Também foi verificado que, a quantidade de PAA é maior de acordo com a idade da empresa, o rodízio de auditoria e o fato do relatório de auditoria ser limpo. Porém, tais resultados não foram significantes estatisticamente.

**Tabela 4 - Teste de Média**

	Q1	Q4	z
Tam	1,575	3,667	8,275***
Endiv	1,644	3,172	6,212***
Idade	2,575	2,770	-0,624
Setor	2,555	3,077	-2,341**
ConsAudit	2,315	3,385	6,160***
AD	2,851	2,779	0,325
Big 4	2,204	2,901	4,198***
Hon	1,690	3,682	7,571***
Repres	1,920	3,195	4,685***
Rod	2,689	2,747	-0,44
tem	2,714	2,647	-0,04
RelatLimp	2,130	2,733	-1,5700
Subs	1,103	3,345	9,621***
InvestEst	1,267	2,744	6,761***
ADR	2,507	3,493	4,404***
NM	2,493	3,048	3,644***

Nota: \*\*\*, \*\*, \*, significante, respectivamente, a 1%, 5% e 10%

Além disso, os resultados indicaram que menor *audit delay* e menor tempo em que a empresa de auditoria está auditando seu cliente apresentam média de PAA maior, mas esse resultado também não foi significativo estatisticamente.

Na sequência, foi feito o teste *Kruskal Wallis* para k amostras, com o intuito de observar se há diferença na média de quantidade de PAA por setor, *tenure*, Big Four e outras empresas de auditoria e estados de assinatura do relatório do auditor.

**Tabela 5 - Teste k amostras - Setor**

Setores	Média de PAA	Setores	Média de PAA
Agro e Pesca	3,25	Outros	2,11
Alimentos e Bebidas	3,33	Papel e Celulose	3,00
Comércio	2,55	Petróleo e Gás	3,80
Construção	2,70	Química	2,67
Eletroeletrônicos	2,80	Siderurgia & Metalurgia	2,55
Energia Elétrica	3,14	Software e Dados	2,83
Finanças e Seguros	3,50	Telecomunicações	1,10
Máquinas Industriais	2,60	Têxtil	2,22
Mineração	2,80	Transporte Serviços	3,37
Minerais não Met	2,67	Veículos e Peças	2,92
$\chi^2$			38,668**

\*\*\*, \*\*, \*, significante, respectivamente, a 1%, 5% e 10%

Por meio da Tabela 5 tem-se as médias de quantidade de PAA por setor. Os testes indicaram que há diferença estatística entre essas médias, merecendo destaque para o setor de Telecomunicação, o qual apresentou a menor média de quantidade de PAA; e o setor Petróleo e Gás com maior quantidade de PAA. Vale ressaltar que a amostra do setor de Petróleo e Gás é composto por sete empresas incluindo a Petrobrás, e que a mesma apresentou oito PAAs, o maior número na amostra, fazendo com que a média do setor ficasse acima das demais.

O setor de Finanças e Seguros foi o segundo que apresentou maior média, o que pode ser justificado pela peculiaridade dos registros contábeis do setor, lembrando o caso de provisões técnicas, resseguro, previdência, etc. Em relação ao setor de Telecomunicação, que apresentou a menor média, pode-se destacar que várias empresas no setor não obtiveram PAA destacados em seus relatórios de auditoria, o que justifica a média baixa em relação aos demais.

**Tabela 6 - Teste k amostras – Tenure e Big 4**

Tenure	Média PAA	Auditorias	Média de PAA
1 ano	2,83	EY	2,98
2 anos	2,91	PWC	3,11
3 anos	2,60	Deloitte	2,64
4 anos	2,78	KPMG	2,81
5 anos	2,52	X <sup>2</sup>	3,548
X <sup>2</sup>	2,238		

\*\*\*, \*\*, \*, significante, respectivamente, a 1%, 5% e 10%

O resultado na Tabela 6, com relação à média de PAA quanto ao tempo de atuação da auditoria, não apresentou diferença estatisticamente significativa, embora, aparentemente, o número de PAAs tende a reduzir quando mais próximo do final do contrato de auditoria. Além disso, os testes não indicaram que as médias apresentam diferenças estatisticamente significante entre as grandes empresas de auditoria. No entanto, o que se observou foi média de PAA maior para empresas auditadas pela PWC e menores para empresas auditadas pela Deloitte.

**Tabela 7 - Teste k amostras - Big Four e outras empresas de auditoria e estado**

Auditorias	Média de PAA	Estados	Média de PAA	Estados	Média de PAA
EY	2,98	AM	5,00	PR	1,73
PWC	3,11	BA	3,29	RJ	2,36
Deloitte	2,64	CE	3,33	RN	4,00
KPMG	2,81	DF	4,00	RS	2,60
Outras	2,20	GO	3,50	SC	2,71
X <sup>2</sup>	1,9718***	MG	2,47	SP	2,83
		PA	4,00		
		X <sup>2</sup>	23,135**		

\*\*\*, \*\*, \*, significante, respectivamente, a 1%, 5% e 10%

A Tabela 7 demonstra a média de PAA por empresa de auditoria Big Four e as empresas de auditoria que não são classificadas como Big Four, indicando que o número de PAAs é maior quando a empresa é auditada por Big Four. Os testes também indicaram que há diferença estatisticamente significativa na quantidade de principal assunto de auditoria em relação ao Estado que o relatório do auditor independente foi assinado, indicando o Estado de Amazonas como de maior número médio de PAA e o Estado do Paraná com menor média de PAA.

Em seguida iniciou-se a análise por meio de regressão com o teste de multicolinearidade. O resultado foi um VIF médio de 1,82. Observou-se, então, que os resultados indicaram mais elevada multicolinearidade entre honorários e tamanho das empresas com as outras variáveis, conforme esperado diante dos resultados observados na correlação. Portanto, novo teste foi aplicado retirando essas duas variáveis, e o resultado foi um VIF médio de 1,45. Sendo assim, as duas variáveis foram retiradas do modelo final de regressão.

Como o teste de homocedasticidade não permitiu aceitar a hipótese nula, então, o modelo de regressão múltipla em cross section foi gerado por meio da correção de White devido à presença de heterocedasticidade (WOOLDRIDGE, 2012). Os resultados estão apresentados na Tabela 8.

A Tabela 8 apresenta os resultados do teste de normalidade, multicolinearidade e heterocedasticidade, bem como os resultados da regressão em *cross section*.

De modo geral, a regressão apresentou congruentes aos que foram encontrados na análise de diferença de média. Houve significância positiva em relação a quantidade de PAA e a idade, presença de conselho de auditoria, a auditoria via *Big Four*, representatividade do cliente para a empresa de auditoria, quantidade de subsidiárias, presença de ADR, classificação para Novo Mercado. Já para a variável tenure, que também apresentou significância, sua relação é inversa, o

que pode ocorrer devido a confiança dos auditores aumentarem em relação ao tempo que auditam uma mesma empresa, fazendo com que os mesmos emitam menor quantidade de principal assunto de auditoria em seu relatório.

**Tabela 8 – Regressão múltipla**

PAA	Coef.	T
Endiv	0,0011	0,18
Idade	0,0109	1,92*
Setor	0,3092	1,45
ConsAudit	0,5996	3,3***
AD	0,0016	0,58
Big 4	0,4299	1,91*
Repres	0,5587	1,99**
Rod	-0,2862	-1,05
tem	-0,1500	-2,10**
RelatLimp	0,3594	0,87
Subs	0,0233	2,78***
InvestEst	-0,4989	-1,38
ADR	0,4438	1,92*
NM	0,4094	2,11**
Const	1,5348	2,56**
R <sup>2</sup>		24,01%
Normalidade		0,437
Multicolinearidade		1,45
Heterocedasticidade		210,09***

\*\*\*, \*\*, \*, significante, respectivamente, a 1%, 5% e 10%

Tanto para a classificação no Novo Mercado, como para a presença de ADR e para a presença de conselho de auditoria, a relação com a quantidade de PAA é positiva, possivelmente porque as empresas com tais características passam por maior monitoramento do mercado (NEVES; LEMES, 2009). Em relação à idade, a relação positiva com a quantidade de PAA pode ser explicada pelo ciclo de vida das empresas, que sugere que as empresas passam por fases, sendo a última delas o declínio ou a morte (SOUZA; NECYK; FREZATTTI; 2008), merecendo assim atenção do mercado.

A significância da quantidade de subsidiárias em relação à quantidade de PAA pode confirmar que presença de diversidade de empresas dentro de um grupo torna o controle mais difícil. A significância da representatividade do cliente para a auditoria pode ser explicada pelo fato dos auditores darem maior atenção ao cliente se maior peso em sua carteira de clientes, para serem referência. Por fim, as empresas auditadas por *Big Four* sofrem maior quantidade de PAA pelo fato de que as empresas de auditoria, classificadas como *Big Four*, tendem a honrarem o título dado a elas como independência e transparência, e isso refletir em seus relatórios (FIRMINO; DAMASCENA; PAULO, 2010).

## 5 Considerações Finais

Devido a demanda dos *stakeholders* por maior nível informacional, os reguladores impuseram novas regras para a auditoria a partir dos exercícios contábeis encerrados em 31 de Dezembro de 2016. A principal novidade é a presença dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, espaço destinado ao auditor declarar suas principais dificuldades observados durante o processo de auditoria.

Nesse contexto, o presente trabalho verificou a relação entre o novo relatório do auditor independente e o perfil das empresas auditadas e de auditoria a fim de averiguar se as empresas de



auditoria estão tratando cada empresa de modo singular ou se há algum paradigma existente entre a amostra.

Para construção do banco de dados, tomou-se como referência as empresas, incluindo as instituições financeiras, listadas na BM&FBOVESPA, e os dados foram extraídos do sítio da mesma e da Economática. Os testes estatísticos compreenderam: teste de normalidade, matriz de correlação, diferença de média, k amostras e regressão múltipla em *cross section*. Os testes indicaram que as variáveis não possuem distribuição normal.

De modo geral os resultados indicaram haver uma relação positiva entre a quantidade de PAA e: tamanho da empresa auditada, endividamento, idade, honorário de auditoria, representatividade do cliente, número de subsidiária, ser auditada por Big Four, emissão de ADR, listagem no Novo Mercado, setor e presença de Conselho de Auditoria. Por outro lado, foi observada uma relação negativa com o tempo em que a empresa de auditoria está auditando seu cliente e a quantidade de PAA. Quanto ao *audit delay*, percentual de investidores estrangeiros, rodízio de auditoria e relatório limpo, os resultados não foram conclusivos e não apresentaram significância estatística com a quantidade de PAA.

Com relação aos tipos de PAA, não foi observado um padrão de relatório conforme características das empresas de auditoria ou auditadas, mas um maior volume de PAA em função da maior discricionariiedade e risco que a própria norma pode envolver, que foi o caso de *impairment*, provisões, reconhecimento de receitas e tributos. Todavia, foi possível observar um destaque de que o PAA referente a controles interno é mais evidente nos setores de Finanças e Seguros.

Logo, de modo geral, não se observaram padrões definidos de características conjuntas que poderiam influenciar o conteúdo do novo relatório de auditoria, o que significa que parece que o relatório de auditoria seguiu as particularidades das empresas e dos casos analisados pelas auditorias. Isso dá indícios, para os usuários, de que os relatórios têm conteúdo condizentes com o que foi e deveria ser observado nas empresas auditadas, e não seguiram, necessariamente, um padrão pré-estabelecido pelas empresas de auditoria.

## Referências

AGRAWAL, A.; COOPER, T. Insider trading before accounting scandals. **Journal of Corporate Finance**, n.34, p. 169-190, oct. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2015.07.005>

ALMEIDA, K. K. N. Parecer dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis: uma análise crítica da sua compreensão e utilidade. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 38, 2008, Rio Grande do Sul. **Anais...** Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2008.

ARRUDA, M. P.; SOUSA, R. A. M.; PENA, T. J. S.; PAULO, I. I. S. L. M.; PAULO, E. Repercussão do anúncio dos pareceres de auditoria no preço das ações das companhias abertas brasileiras. **ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia**, n.4, p. 230-250, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-9583/refae.v4n1p230-250>

ASARE, S. K.; WRIGHT, A. M. Investors', auditors', and lenders' understanding of the message conveyed by the standard audit report on the financial statements. **Accounting Horizons**, n.26, p. 193-217, jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.2308/acch-50138>

BATISTA, C. G.; PEREIRA, A.C.; SILVA, A. F.; IMONIANA, J. O. Impacto dos pareceres de auditoria na variação do retorno das ações preferenciais das empresas listadas na Bovespa. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 10, 2010, São Paulo. **Anais...** Congresso USP

de Controladoria e Contabilidade, 2010.

BECKER, C. L.; DEFOND, M. L.; JIAMBALVO, J.; SUBRAMANYAM, K. R. The effect of audit quality on earnings management. **Contemporary Accounting Research**, n.15, p. 1-24, spr., 1998. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1998.tb00547.x>

BÉDARD, J.; CORAM, P.; ESPAHBODI, R.; Mock T. J. Does Recent Academic Research Support Changes to Audit Reporting Standards? **Accounting Horizons**, n.30, p. 255-275, jun., 2016. DOI: <https://doi.org/10.2308/acch-51397>

BM&FBOVESPA. Como abrir o capital de sua empresa no Brasil (IPO). Disponível em [http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/listagem/acoes/abertura-de-capital/como-abrir-o-capital](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/abertura-de-capital/como-abrir-o-capital). Acesso em 05 mar. 2017.

BUSHMAN, R. M.; SMITH, A. J. Transparency, financial accounting information and corporate governance. **Economic Policy Review**, n.9, p. 237-233, ap., 2003. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=795547>

BUTLER, M.; LEONE, A. J.; WILLENBORG, M. An empirical analysis of auditor reporting and its association with abnormal accruals. **Journal of Accounting and Economics**, n.37, p. 139-165, jun. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2003.06.004>

CAMPOS, O. V.; LAMOUNIER, W. M.; BRESSAN, V. G. F. Retornos das ações e o lucro: avaliação da relevância da informação contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, n.6, p. 20-38, abr./jun., 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/rco.v6i16.52665>

CHEN, P. F.; HE, S.; MA, Z.; STICE, Z. The information role of audit opinions in debt contracting. **Journal of Accounting and Economics**, n.61, p. 121-144, feb., 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2015.04.002>

CHOI, S. K.; JETER, D. C. The effects of qualified audit opinions on earnings response coefficients. **Journal of Accounting and Economics**, n.15, p. 229-247, jun./sept., 1992. DOI: [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(92\)90019-X](https://doi.org/10.1016/0165-4101(92)90019-X)

COFFE JUNIOR, J. C. A Theory of Corporate Scandals: Why the U.S. and Europe Differ. **Oxford Review of Economic Policy**, n.21, p. 198-211, mar. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.694581>

CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. (2011). Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em 02 mar. 2017.

DODD, P.; DOPUCH, N.; HOLTHAUSEN, R.; LEFTWICH, R.; KOTHARI, S. P. Qualified audit opinions and stock prices: information content, announcement dates, and concurrent disclosures. **Journal of Accounting and Economics**, n.6, p. 3-38, apr. 1984. DOI: [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(84\)90018-1](https://doi.org/10.1016/0165-4101(84)90018-1)

DUTRA, M. H.; ALBERTON, L.; BELLEN, H. M. A análise de conteúdo aplicada aos parágrafos de “Ênfase” e de “Informação Relevante” dos pareceres da auditoria independente emitidos para as empresas do setor elétrico. In: XXXI Encontro da ANPAD, 31, 2007, Rio de

Janeiro. **Anais...** ENANPAD, 2007.

FAMA, E. F. Efficient Capital Markets: a review of theory and empirical work. **The Journal of Finance**, n.25, p. 383-417, may1970. DOI: 10.2307/2325486

FRC - Financial Reporting Council. (2016). Extended auditor's reports: A further view of experience Disponível em: <https://www.frc.org.uk/Our-Work/Publications/Audit-and-Assurance-Team/Report-on-the-Second-Year-Experience-of-Extended-A.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2017.

FIRMINO, J. E.; DAMASCENA, L. G.; PAULO, E. Qualidade da auditoria no Brasil: um estudo sobre a atuação das auditorias independentes denominadas Big Four. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, n.5, p. 40-50, spc. 2010. DOI: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v5i3.13215](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v5i3.13215)

GEORGE-SILVIU, C.; MELINDA-TIMEA, F. New audit reporting challenges: auditing the going concern basis of accounting. **Procedia Economics and Finance**, n.32, p. 216-224, 2015. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(15\)01385-4](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)01385-4)

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information Assimetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, n.31, p. 405-420, sept. 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00018-0](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00018-0)

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. V. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IAASB - International Auditing and Assurance Standars Board. (2015). The new auditor's report: greater transparency into the financial statement audit. Disponível em: <https://www.ifac.org/publications-resources/reporting-audited-financial-statements-new-and-revised-auditor-reporting-stan#node-32595>. Acesso em: 15 mar. 2017.

IUDÍCIBUS, S. D.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista Contabilidade & Finanças**, n.16, p. 7-19, mai./aug. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772005000200002>

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, n.3, p. 305-360, oct. 1976. DOI: [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)

KASSEM, R.; HIGSON, A.W. External auditors and corporate corruption: implications for external audit regulators. **Current Issues in Auditing**, n.10, p. 1-10, spr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.2308/ciia-51391>

KPMG. Enhancing Auditor Reporting. Providing insight and transparency. 2015. Disponível em: <https://home.kpmg.com/content/dam/kpmg/ie/pdf/2016/10/ie-aci-providing-insight-and-transparency-report.pdf>. Acesso em 23 mar. 2017.

LITJENS, R., BUUREN, J.; VERGOOSSEN, R. Addressing information needs to reduce the audit expectation gap: Evidence from Dutch bankers, audited companies and auditors. **International Journal of Auditing**, n.19, p. 267-281, may 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/ijau.12042>

LOURENÇO, L. M. G.; FRANCISCO, J. R. S. Análise de qualidade da informação contábil das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. In: Simpósio em Excelência em Gestão e Tecnologia, 13, 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Simpósio em Excelência em Gestão e Tecnologia, 2016.

MALUF, L. R. V. **O mercado de capitais e o desenvolvimento econômico e social**. 2006. 37 f. Monografia (Curso de Direito do Mercado de Capitais) - Escola Superior de Advocacia, São Paulo, 2006.

NBC TA 260 (R2) - Comunicação com os responsáveis pela governança. Disponível em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>. Acesso em 10 fev. 2017.

NBC TA 570 - Continuidade Operacional. Disponível em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>. Acesso em 10 fev. 2017.

NBC TA 700 - Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Disponível em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>. Acesso em 10/02/2017.

NBC TA 701 - Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente. Disponível em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>. Acesso em 10/02/2017.

NBC TA 706 - Parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no relatório do auditor independente. Disponível em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>. Acesso em 10 fev. 2017.

NEVES; L. C.; LEMES, S. Efeitos no retorno e na liquidez média das ações de empresas que emitiram ADRs na NYSE e das que aderiram ao Novo Mercado. **Revista Universo Contábil**, n.5, p. 24-42, jul./set. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20095>

NUNES, D. M. S. **Uma análise da influência do parecer dos auditores independentes com ressalvas em decisões de usuários das informações contábeis**. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PINHEIRO, J. L. **Mercado de capitais. Fundamentos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, E. C.; PEREIRA, A. C. O parecer dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis: uma abordagem sobre o parecer-padrão, atualmente em vigor no Brasil. **Revista Administração On Line-FECAP**, n.5, p. 26-38, 2004.

SCOTT, W. R. **Financial Accounting Theory**. Toronto: Pearson Prentice Hall, 2009.

SIMNETT, R.; HUGGINS, A. Enhancing the Auditor's Report: To What Extent is There Support for the IAASB's Proposed Changes? **Accounting Horizons**, n.28, p. 719-747, apr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.2308/acch-50791>

SIROIS, L.P.; BÉDARD, J.; BERA P. The Informational Value of Key Audit Matters in the Auditor's Report: Evidence from an Eye-tracking Study. **Accounting Horizons**, n.29, p.1-49, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2469905>

SOUZA, B. F.; NARDI, P. C. C. Influência da opinião do auditor independente no retorno das ações das empresas brasileiras de capital aberto. In: Congresso UnB de Contabilidade e Governança, 2, 2016, Brasília. **Anais...** Congresso UnB de Contabilidade e Governança, 2016.

SOUZA, B. C.; NECYK, G. A.; FREZATTI, F. Ciclo de vida das organizações e a contabilidade gerencial. **Enfoque: Reflexão Contábil**, n.27, p. 09-22, jan./abr. 2008. DOI: 10.4025/enfoque.v27i1.7146

SUNDER, S. **Teoria da Contabilidade e do Controle**. São Paulo: Atlas, 2014.

TSIPOURIDOU, M.; SPARTHIS, C. Audit opinion and earnings management: evidence from Greece. **Accounting Forum**, n.38, p. 38-54, mar. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2013.09.002>

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria: uma abordagem moderna**. Massachusetts: Thomson, 2012.

YOSHITAKE, M. **Auditoria contábil: metodologia de processo de auditoria**. Curitiba: Jurua, 2012.

---

\* Uma versão preprint deste artigo foi apresentada no XV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2018.

\* Agradecimento: Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (processo 2017/24426-8) pelo apoio na realização desta pesquisa"